

## ANÁLISE CRÍTICA DA OBRA “AS REGRAS DO MÉTODO SOCIOLOGICO”, DE ÉMILE DURKHEIM

 <https://doi.org/10.56238/rcsv15n4-001>

Data de submissão: 10/03/2025

Data de aprovação: 10/04/2025

**Aline Esprendor**

Mestranda em Sociologia  
Universidade do Estado de Mato Grosso

**Estevânia Cruz Teixeira**

Mestranda em Sociologia  
Universidade do Estado de Mato Grosso

**Rosenir Silva da Costa Sampaio**

Mestranda em Sociologia  
Universidade do Estado de Mato Grosso

### RESUMO

Este artigo analisa os fundamentos teóricos e metodológicos da obra *As Regras do Método Sociológico*, de Émile Durkheim, com foco no conceito de fato social e nas diretrizes propostas pelo autor para sua observação científica. A pesquisa parte da necessidade de compreender como Durkheim consolidou a Sociologia como uma ciência distinta, ao propor que os fenômenos sociais sejam tratados com o mesmo rigor das ciências naturais. O objetivo central é identificar as contribuições e limitações do pensamento durkheimiano para a construção de um método sociológico baseado na objetividade e na superação das ideias pré-concebidas. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, por meio de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem exploratória e interpretativa, voltada à leitura crítica da obra do autor. O estudo permitiu observar que, ao definir o fato social como uma realidade exterior e coercitiva, Durkheim delimitou um campo específico de análise, orientado pela neutralidade e pela observação empírica. Conclui-se que, embora sua abordagem apresente limites relacionados à rigidez conceitual e à idealização da neutralidade científica, ela representa uma base fundamental para o desenvolvimento da Sociologia como ciência autônoma e sistemática. Recomenda-se o aprofundamento do tema em diálogo com outras correntes sociológicas.

**Palavras-chave:** Fato social. Método sociológico. Émile Durkheim. Preenções. Coerção social.

## 1 INTRODUÇÃO

A consolidação da Sociologia como disciplina científica, no final do século XIX, representou um importante avanço na compreensão sistemática das dinâmicas sociais que moldam a vida coletiva. Dentre os pensadores que contribuíram decisivamente para essa construção, Émile Durkheim ocupa um lugar de destaque por sua proposta metodológica rigorosa e por seu esforço em delimitar com precisão o objeto de estudo da Sociologia. Em sua obra *As Regras do Método Sociológico* (1895), o autor estabelece os fundamentos teóricos para o tratamento científico dos fenômenos sociais, afastando-os das abordagens filosóficas especulativas ou psicológicas individualistas. O tema continua atual, uma vez que os desafios epistemológicos da ciência social persistem, especialmente diante das múltiplas interpretações da realidade social contemporânea.

Durkheim define como objeto central da Sociologia o “fato social”, entendido como toda maneira de agir, pensar ou sentir que se apresenta exterior ao indivíduo e que exerce sobre ele um poder coercitivo. Ao afirmar que tais fatos existem independentemente das vontades individuais e são transmitidos coletivamente, o autor evidencia a força das instituições, normas, valores e práticas sociais que estruturam a convivência em sociedade. A análise desses fenômenos exige, segundo Durkheim, que o sociólogo abandone as “preconcepções” — ideias preconcebidas baseadas no senso comum — e adote uma postura de neutralidade científica, tratando os fatos sociais como “coisas”, ou seja, como realidades objetivas e observáveis.

A relevância do estudo proposto por Durkheim está justamente na tentativa de conferir à Sociologia o mesmo estatuto de cientificidade das ciências naturais, ao estabelecer regras para a observação dos fenômenos sociais. No entanto, essa proposta não está isenta de controvérsias. A ideia de neutralidade científica absoluta, bem como a ênfase na coerção social como característica fundamental dos fatos sociais, suscita debates sobre os limites da objetividade na análise sociológica e sobre o lugar da ação individual, da subjetividade e do conflito no interior das estruturas sociais.

Este artigo tem como objetivo analisar criticamente os principais fundamentos da obra *As Regras do Método Sociológico*, com ênfase na concepção de fato social e nas regras propostas por Durkheim para sua observação. Busca-se compreender as contribuições teóricas do autor para a constituição da Sociologia como ciência, ao mesmo tempo em que se discutem as limitações e as implicações de sua abordagem. A análise será conduzida exclusivamente com base na obra do próprio autor, considerando os elementos conceituais e metodológicos apresentados por ele.

A metodologia utilizada neste estudo é de natureza qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica. A análise baseia-se na leitura e interpretação crítica da obra *As Regras do Método Sociológico*, considerando o conteúdo original sistematizado e organizado em tópicos que abordam a definição do fato social, as regras relativas à sua observação e as implicações teóricas decorrentes

dessas proposições. Trata-se, portanto, de um estudo de natureza exploratória e interpretativa, voltado à compreensão e problematização dos conceitos desenvolvidos por Durkheim, o que permite que o pesquisador contemple os dados qualitativos de forma sistêmica, com uma compreensão ou interpretação detalhada do fenômeno analisado (LÖSCH; RAMBO; FERREIRA, 2023).

Este artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, apresenta-se, na seção 2, uma síntese da obra, com destaque para os conceitos de fato social (2.1) e as regras para sua observação (2.2). Em seguida, na seção 2.3, desenvolve-se uma análise crítica da abordagem durkheimiana, apontando suas principais contribuições e limitações. Por fim, na seção 3, são apresentadas as considerações finais, retomando os objetivos da análise e suas possíveis implicações para o campo das ciências sociais.

## 2 SÍNTESE DA OBRA

### 2.1 O QUE É FATO SOCIAL

O conceito de fato social, desenvolvido por Émile Durkheim, é fundamental para a compreensão da sociologia como ciência. Antes mesmo de definir o método adequado para estudar os fatos sociais, é preciso entender o que realmente são esses fatos. Muitas vezes, usamos o termo "social" de forma vaga, aplicando-o a quase todos os acontecimentos humanos. No entanto, se considerássemos tudo o que os indivíduos fazem, como comer, dormir ou pensar, como fatos sociais, a sociologia perderia sua especificidade e se confundiria com outras áreas, como a biologia ou a psicologia.

Durkheim explica que os fatos sociais são diferentes de ações individuais. Eles são maneiras de agir, pensar e sentir que existem fora da consciência individual. Ou seja, são regras, normas e costumes que já estavam na sociedade antes de cada pessoa nascer. Exemplos claros são as leis, os dogmas religiosos, o sistema monetário, a língua que falamos, as práticas profissionais e os padrões de comportamento social. Essas práticas não dependem da vontade de um só indivíduo: são transmitidas coletivamente, por meio da educação e da convivência social.

Uma das características mais importantes dos fatos sociais é que eles exercem uma força coercitiva sobre os indivíduos. Mesmo quando seguimos essas regras de maneira voluntária, é possível perceber sua imposição quando tentamos resistir a elas. Por exemplo, ao desrespeitar uma lei, enfrentamos sanções legais. Ao não seguir normas morais ou costumes sociais, podemos sofrer punições simbólicas, como o desprezo, o riso ou a exclusão. Essa coerção mostra que os fatos sociais têm o poder de nos obrigar a agir de determinada maneira, quer queiramos, quer não.

Além disso, Durkheim destaca que os fatos sociais são coletivos e generalizados, ou seja, ocorrem em muitos membros de uma sociedade, mas não são sociais simplesmente por serem comuns. Eles se tornam comuns porque se impõem ao grupo, e não o contrário. Um exemplo disso são as

correntes de opinião ou sentimentos coletivos que surgem em assembleias ou multidões. Nessas situações, as emoções não nascem apenas de dentro de cada indivíduo, mas vêm de fora, do coletivo, podendo arrastar todos, inclusive contra a própria vontade. Quando a pessoa tenta resistir, sente a força social agindo sobre ela.

Durkheim também mostra que os fatos sociais podem ser mais ou menos cristalizados, isto é, alguns estão fixados em regras formais, como leis e códigos morais, enquanto outros são mais flexíveis, como as modas e costumes. Mesmo assim, todos apresentam o mesmo caráter: são exteriores ao indivíduo e exercem algum grau de coerção sobre ele.

Outro ponto importante é que os fatos sociais não se confundem com suas manifestações individuais. Por exemplo, a taxa de suicídio em um país ou o número de casamentos por ano são fatos sociais que não podem ser explicados apenas por motivos pessoais. A estatística, ao somar os casos individuais e neutralizar as variações particulares, revela um estado coletivo, uma tendência social que vai além da decisão de cada pessoa.

Durkheim também aborda os chamados fatos sociais morfológicos, que se referem à estrutura da sociedade, como a forma das cidades, a distribuição da população, as vias de comunicação ou a organização política. À primeira vista, esses aspectos parecem apenas físicos, mas eles também são regidos por normas sociais e influenciam o comportamento dos indivíduos. Por exemplo, o fato de as pessoas se concentrarem nas cidades em vez de viverem em áreas rurais decorre de correntes de opinião e pressões econômicas e culturais.

Dessa forma, Durkheim conclui que um fato social é toda maneira de agir, pensar ou sentir, que se impõe ao indivíduo de forma exterior e coercitiva, seja por normas fixadas (como as leis) ou por correntes coletivas (como as emoções em grupo). Também pode ser reconhecido pela sua generalização na sociedade e por sua existência independente das manifestações individuais. Mesmo as estruturas sociais mais rígidas, como a arquitetura ou a política, são expressões duradouras de práticas coletivas consolidadas ao longo do tempo.

Assim, a sociologia tem como objeto específico o estudo desses fatos sociais, distintos dos fenômenos biológicos ou psicológicos, pois eles só existem em sociedade e dependem da ação coletiva. Compreender os fatos sociais é entender como a sociedade molda o indivíduo e o insere em um conjunto de regras e práticas que ele não escolhe, mas às quais precisa se adaptar para viver em grupo.

## 2.2 REGRAS RELATIVAS À OBSERVAÇÃO DOS FATOS SOCIAIS

A primeira e mais fundamental regra do método sociológico, segundo Durkheim, é considerar os fatos sociais como coisas. Ele argumenta que, quando uma nova ordem de fenômenos se torna objeto da ciência, ela já está impregnada de noções pré-concebidas, moldadas pela prática cotidiana e pela

reflexão comum, que precedem a ciência. Essas "pré noções" são formadas para guiar a ação, mas não representam fielmente a realidade. Por isso, substituí-las pela observação direta e rigorosa dos fatos é essencial para uma ciência objetiva.

Durkheim critica os métodos ideológicos que partem das ideias para tentar compreender a realidade, alertando que isso conduz à ilusão de entender o mundo, quando, na verdade, apenas se analisa concepções subjetivas. Tal atitude impede a ciência de se desenvolver, pois confunde prática com conhecimento científico.

Essa crítica é especialmente válida na sociologia, onde os fatos sociais se realizam por meio dos homens e parecem ser simples aplicações de ideias. Por isso, é comum confundir a realidade social com as representações que temos dela. Além disso, os fatos sociais muitas vezes escapam à consciência individual, dando uma falsa impressão de serem irrealis ou arbitrários.

Durkheim destaca que a sociologia, desde Comte, reconhece os fatos sociais como naturais e submetidos a leis, mas ainda assim recorre frequentemente a noções filosóficas ou ideológicas, como a ideia de progresso da humanidade. Ele critica Comte e Spencer por basearem suas sociologias em conceitos subjetivos, como a cooperação ou o progresso, sem comprová-los empiricamente.

A prenoção de que a cooperação é a essência da sociedade, por exemplo, não pode ser tomada como verdade sem antes uma análise profunda de todos os fenômenos sociais. Do contrário, trata-se apenas da substituição da realidade por uma visão pessoal. Assim, a sociologia de Spencer também recai em um sistema de ideias, não na observação rigorosa dos fatos.

Durkheim estende essa crítica a outras ciências sociais, como a moral, a economia política e a ética, onde se parte de ideias abstratas (como dever, justiça, liberdade, valor), tratando-as como se fossem realidades bem definidas. Ele mostra que esses campos muitas vezes discutem o que "deve ser", não o que "é", confundindo ciência com arte ou filosofia prática.

A economia, por exemplo, frequentemente toma noções como valor, produção e mercado como dados iniciais, sem observar sua realidade concreta, construindo teorias com base em análises lógicas, e não empíricas. Um exemplo disso é a lei da oferta e da procura, que nunca foi verificada cientificamente, mas apenas aceita como uma regra prática.

Durkheim argumenta que, para alcançar uma observação científica rigorosa dos fatos sociais, é essencial eliminar todas as prenoções (ideias preconcebidas). Assim como em outras ciências, a Sociologia deve partir de uma atitude de dúvida metódica, semelhante à de Descartes, utilizando apenas conceitos elaborados cientificamente.

Um dos principais desafios enfrentados pela Sociologia é a interferência emocional e subjetiva do observador, especialmente ao lidar com temas como moral, religião e política. Esses sentimentos, embora fortes, não devem ser critério de verdade científica, pois são formados por experiências

históricas desorganizadas e não por análise racional. Assim, a ciência deve estudar os sentimentos como objetos, mas não se deixar guiar por eles.

Durkheim reforça que os fenômenos sociais devem ser definidos objetivamente, com base em características externas observáveis, e não por ideais ou noções vulgares. Isso permite que as observações sejam verificáveis por qualquer pesquisador. Por exemplo, define-se crime como todo ato punido, e não por sua gravidade moral.

Ele critica o uso de conceitos ambíguos e comuns na investigação sociológica, como "família" ou "monogamia", que muitas vezes misturam realidades diferentes sob o mesmo nome, gerando confusões. Também reprova a tendência de selecionar apenas certos fenômenos como "puros" ou "essenciais", ignorando as variações históricas e culturais.

Além disso, Durkheim defende que as formas normais e patológicas de um fenômeno devem ser estudadas conjuntamente, pois ambas ajudam a compreender sua natureza. Assim, mesmo atos vistos como desvios ou erros em determinada época devem ser analisados como parte do mesmo fenômeno social.

### 2.3 CONTRIBUIÇÃO E LIMITAÇÕES DA ABORDAGEM DURKHEIMIANA

A proposta de Durkheim em *As Regras do Método Sociológico* representa um esforço pioneiro e fundamental para estabelecer a Sociologia como ciência empírica e sistemática. Sua definição de fato social, a crítica às prenoções e a defesa de um método baseado na observação objetiva foram essenciais para a construção de um campo científico com identidade própria.

Ao propor que o social seja analisado como algo real, exterior e dotado de força normativa, Durkheim contribui para a superação do individualismo metodológico e para a valorização da coletividade na explicação dos fenômenos humanos. Sua obra marca um avanço na compreensão da sociedade como um sistema com lógicas próprias, não reduzível à mera soma dos indivíduos.

No entanto, é possível identificar limites em sua abordagem. A ênfase na coerção e na exterioridade dos fatos sociais pode levar a uma visão rígida e excessivamente normativista da vida social, na qual o indivíduo aparece quase sempre como passivo diante das estruturas. Além disso, a confiança plena na objetividade e na neutralidade científica pode ser vista como idealizada, sobretudo diante da complexidade e da pluralidade dos fenômenos sociais.

Ainda assim, *As Regras do Método Sociológico* permanece como uma referência obrigatória para os estudos sociológicos. Sua leitura instiga reflexões profundas sobre a relação entre indivíduo e sociedade, sobre o papel das normas na organização social e sobre os desafios metodológicos da investigação científica no campo das ciências humanas.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da obra *As Regras do Método Sociológico*, de Émile Durkheim, permitiu compreender os fundamentos teóricos e metodológicos que orientaram a constituição da Sociologia como ciência autônoma. A definição do fato social como realidade exterior e coercitiva, bem como a proposta de observá-lo com o mesmo rigor das ciências naturais, demonstram o esforço do autor em delimitar um campo específico de estudo e em afastar a Sociologia das abordagens especulativas e ideológicas. Ao tratar os fenômenos sociais como “coisas”, Durkheim destaca a importância de eliminar as prenoções e adotar critérios objetivos na análise da realidade social.

Ao longo do estudo, constatou-se que a obra oferece uma base sólida para o desenvolvimento da Sociologia científica, embora apresente limitações relacionadas à ênfase na coerção social e à idealização da neutralidade do pesquisador. Ainda assim, os conceitos desenvolvidos por Durkheim continuam relevantes para a compreensão da relação entre o indivíduo e a sociedade, servindo como referência fundamental para investigações sociológicas contemporâneas. Recomenda-se, portanto, a continuidade do estudo desse referencial, articulando-o com outros autores e abordagens, de modo a ampliar e enriquecer o debate sobre os métodos e objetos da Sociologia.

## REFERÊNCIAS

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Tradução de Eduardo Lúcio Nogueira. 9. ed. Lisboa: Presença, 2004.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. de L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 18, n. 00, e023141, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17958>